

Correios agora entregam produtos comprados em lojas do Paraguai direto na sua casa

Os Correios anunciaram nesta semana uma nova operação: entregar no Brasil produtos comprados em sites de lojas sediadas no Paraguai. Na prática, o consumidor faz a compra pela internet e o pacote chega até a porta de casa pela rede postal brasileira. **Página 08**



▶▶▶▶▶ Por que é importante manter o Cadastro Único sempre atualizado? **Página 02**

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br

32 Anos



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5098 - Rondônia, sexta-feira, 21 de Agosto de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Quatro criminosos de alta periculosidade fogem de delegacia em Extrema

▶▶▶▶▶ Suspeitos que haviam sido presos em operação policial com arma de fogo **Página 04**

4
Operação conjunta da Draco, PRF e PM apreende cerca de 180 kg de skunk após perseguição



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

VOCÊ É A NOSSA NOTÍCIA!

Tem algo importante, curioso ou que merece ser visto por todos?

ENVIE PARA A GAZETA E NÓS DIVULGAMOS!

Aqui, a **sua voz** tem vez. Sua informação pode virar notícia e ajudar a transformar a realidade da nossa comunidade.



Entre em contato com a nossa redação:

WHATSAPP 69 99338-0808

Sua sugestão pode fazer a diferença!

Tudo que você envia pode ser publicado no site **A Gazeta de Rondônia** e nas nossas redes sociais!



Por que é importante manter o Cadastro Único sempre atualizado?

Manter o Cadastro Único atualizado é uma das principais responsabilidades das famílias inscritas e uma medida fundamental para garantir que as informações utilizadas pelas políticas sociais correspondam à realidade de cada grupo familiar.

Durante a primeira edição do projeto “CadÚnico no Seu Bairro”, realizada pela Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social (Semias), as equipes orientaram os moradores sobre a importância de manter os dados cadastrais corretos e atualizados.

O Cadastro Único reúne informações socioeconômicas das famílias de baixa renda e serve como instrumento para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de diferentes programas sociais. Por isso, alterações na situação familiar precisam ser informadas ao poder público.

Entre as situações que podem exigir atualização estão mudança de endereço, alteração na renda familiar, nascimento ou falecimento de integrante da família, mudança de escola das crianças e adolescentes, alteração na composição familiar e outras modificações nas informações declaradas no cadastro.

A atualização é importante porque os dados registrados no CadÚnico podem ser utilizados na avaliação da situação socioeconômica das famílias para acesso a programas, benefícios e serviços. Informações desatualizadas podem dificultar a análise da situação da família e comprometer a regularidade do cadastro.

Por esse motivo, a orientação é que as famílias não esperem surgir um problema para procurar atendimento. Sempre que houver uma mudança significativa



nas informações declaradas, é importante procurar o atendimento do Cadastro Único para verificar a necessidade de atualização.

Cadastro atualizado significa informação correta

A atualização cadastral não significa apenas cumprir uma exigência burocrática. Ela permite que o poder público conheça melhor a realidade das famílias e planeje as políticas sociais de acordo com as necessidades existentes nos territórios.

Durante o “CadÚnico no Seu Bairro”, além de novos cadastros, foram realizados atendimentos de atualização cadastral, transferência de município, orientações

sobre benefícios sociais e encaminhamentos à rede socioassistencial.

A ação mostrou também a importância de levar esse serviço para perto da população. Muitas famílias enfrentam dificuldades de deslocamento até as unidades fixas e, por isso, a descentralização do atendimento facilita o acesso às informações e aos serviços.

Segundo a Semias, a proposta do projeto é justamente aproximar o Cadastro Único das comunidades, oferecendo atendimento, orientação e encaminhamento de acordo com a necessidade de cada família.

O prefeito Léo Moraes

destacou que facilitar o acesso aos serviços públicos é uma das prioridades da gestão e que ações como o projeto contribuem para aproximar o poder público das comunidades.

“Quando levamos os serviços para perto das famílias, facilitamos o acesso à informação, aos direitos e às políticas públicas. O Cadastro Único é uma ferramenta importante para conhecer a realidade da nossa população e garantir que as famílias tenham mais facilidade para buscar os benefícios e serviços aos quais têm direito”, afirmou Léo Moraes.

“Manter o cadastro atualizado é uma forma de ga-

rantir que as informações da família estejam de acordo com sua realidade. Nosso trabalho é orientar, atender e facilitar o acesso das pessoas aos serviços da assistência social”, explica o secretário municipal de Inclusão e Assistência Social, Paulo Afonso.

A Prefeitura de Porto Velho continuará levando o projeto “CadÚnico no Seu Bairro” para diferentes regiões da cidade. A próxima edição será realizada na Zona Leste, ampliando a descentralização do atendimento e levando informação e cidadania para mais perto das famílias.

(Secom)

Em relatório, IFI aponta que despesas do governo continuam crescendo

O principal desafio atual do Brasil é fazer avançarem as políticas públicas de setores essenciais, como educação, saúde e segurança pública, e ao mesmo tempo ampliar os investimentos em infraestrutura e ciência e tecnologia, em um quadro de “extremo engessamento orçamentário”. A observação consta do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de agosto, publicado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) nesta quinta-feira (20).

O documento aponta que continuam crescendo “contínua e velozmente” as despesas do governo, tanto as obrigatórias quanto as “discrecionárias rígidas”, aquelas que não são obrigatórias, mas que na prática o governo não pode cortar.

Em entrevista coletiva na tarde desta quinta-feira (20), o diretor da IFI, Alexandre Andrade, disse que o relatório aponta uma piora do déficit primário estrutural ao longo dos dois primeiros trimestres de 2026, basicamente por causa de uma pressão maior de despesas, apesar do crescimento da receita.

— Os números mostram que o cumprimento da meta fiscal de 2026 ficou um pouco mais folgado. Os números das avaliações bimestrais anteriores já mostravam que o governo conseguiria cumprir a meta fiscal. Isso ficou um pouco facilitado depois



do choque do preço do petróleo, em razão do conflito no Irã, porque as receitas do governo aumentaram muito, principalmente em maio, junho e julho. Então, devem garantir um cumprimento com relativa folga — afirmou.

Andrade avaliou que, com um cenário de petróleo mais caro e receitas mais favoráveis, o governo deverá cumprir a meta do ano.

— A questão maior que se coloca é para o ano que vem. Isso tende a se esgotar ao longo do tempo. As receitas não vão conseguir crescer indefinidamente nos próximos anos — previu.

“Horizonte desejável”

A IFI, órgão vinculado ao Senado, estima um dé-

ficit estrutural de 1,4% do PIB até o segundo trimestre de 2026. A instituição reconhece no relatório que a equipe econômica vem se empenhando na gestão do cotidiano da execução orçamentária para melhorar os resultados fiscais. Destaca, no entanto, que o horizonte desejável para o futuro do país impõe um ajuste estrutural mais profundo e sustentável.

O estudo da IFI concentra a análise nos dados e informações do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RAR-DP) relativo ao terceiro bimestre de 2026. Esse documento embasa as projeções constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual

(PLOA 2027), a ser enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) até o próximo dia 31.

De acordo com a IFI, o quadro geral permanece inalterado, apesar de afetado por fatores específicos — aceleração do pagamento de emendas parlamentares em função da legislação eleitoral; queda das despesas com o Bolsa Família; e o aumento das receitas derivadas da alta dos preços do petróleo, a partir de maio, consequência do conflito no Oriente Médio.

O governo central produziu um déficit primário efetivo, nos sete primeiros meses do ano, de R\$ 81,2 bilhões. Se, por um lado, a receita líquida registrou au-

mento significativo de 6,0%, acima da inflação, por outro as despesas subiram 6,3%, em termos reais, aponta o relatório. Tanto a IFI quanto o governo projetam um déficit primário efetivo em torno de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026.

O cumprimento formal da meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 será alcançado após as deduções legais de despesas, que somam entre R\$ 62,8 bilhões (governo) e R\$ 69,8 bilhões (IFI), além do uso do intervalo de tolerância legalmente previsto. O centro da meta deste ano corresponde a um superávit primário de 0,25% do PIB, ou R\$ 34,3 bilhões.

Fonte: Agência Senado

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000033993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia



Quatro criminosos de alta periculosidade fogem de delegacia em Extrema

Quatro homens considerados de alta periculosidade escaparam na manhã desta quinta-feira, 20 de agosto, da unidade da Polícia Civil situada no distrito de Extrema, em Porto Velho. A movimentação dos detentos foi registrada por câmeras de segurança ins-

taladas nas proximidades.

Os suspeitos haviam sido capturados na noite anterior durante uma ação policial realizada no próprio distrito, ocasião em que as equipes apreenderam uma pistola calibre .380 e munições com o grupo. Entre os

fugitivos estão Tiago S., conhecido como Lula, e Ivaldo S., chamado de Zoi de Goiás, apontado pelas autoridades como uma das lideranças de facção criminosa na região e com histórico de evasão do sistema prisional.

Também escaparam

da delegacia Daniel J., que possui antecedentes por fugas, e Juliano L., que estava com mandado de prisão em aberto e acumula condenações que somam aproximadamente 68 anos de pena. Após a fuga, equipes das forças de segurança foram mobi-

lizadas para realizar buscas intensas em Extrema e nas áreas vizinhas. Até o momento, as circunstâncias que possibilitaram a saída dos detentos da unidade policial não foram esclarecidas oficialmente pelas autoridades.

News Rondônia

Operação conjunta da Draco, PRF e PM apreende cerca de 180 kg de skunk após perseguição

Cerca de 180 kg de skunk foram apreendidos nesta quarta-feira (19) após uma perseguição em São Francisco do Guaporé. Segundo a Polícia Civil, os ocupantes de um Fiat Pulse fugiram da abordagem, seguiram por estradas vicinais e abandonaram o carro antes de correr para uma área de mata.

A ocorrência mobilizou policiais da 2ª Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRACO2), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e 3ª Companhia do 11º BPM.

O Fiat Pulse havia sido identificado transportando a droga durante a Ope-

ração Renorcrim/Recupera. Quando os policiais tentaram fazer a abordagem, os ocupantes não pararam.

Policiais da DRACO2 e da PM acompanharam o carro pelas estradas vicinais até o momento em que ele foi abandonado. Os ocupantes correram para uma área de mata.

Dentro do veículo foram encontrados aproximadamente 180 kg de skunk. O peso informado é preliminar.

O Fiat Pulse e a droga foram apreendidos. Os ocupantes ainda não foram presos.

Rondoniagora



Saúde mental ganha destaque em seminário sobre riscos no trabalho

As empresas brasileiras passarão a ser obrigadas a identificar e tomar medidas para garantir a saúde mental e a segurança dos trabalhadores. É o que estabelece a Norma Regulamentadora 1 (NR-1) que, após adiamento e suspensão começa a vigorar este mês.

A aplicação da NR-1 foi um dos assuntos tratados no seminário Entre a norma e o real: desafios e perspectivas do mundo do trabalho, que ocorre nesta quinta-feira (20) e sexta-feira (21), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte.

A NR-1 entrou em vigor em 26 de maio deste ano e passou a abranger os fatores de riscos psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais.

“A norma obriga as empresas a identificar quais são os riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e a tomar medidas de controle”, disse à Agência Brasil o auditor-fiscal do Trabalho Airton Marinho, representante da DS-MG/SINAIT, que mediou o debate sobre o assunto.

A NR-1 é uma norma de 2022, que teve a aplicação adiada em 2024 e 2025 e entrou em vigor em maio de 2026. Em junho, entretanto, uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu por 90 dias o efeito da norma na parte relacionada aos riscos psicossociais.

O período de suspensão, que termina no final deste mês, seria destinado à negociação tripartite entre governo, empresas e trabalhadores.

Saúde mental

Dados da Previdência Social mostram que foram concedidos 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais em



2025, aumento de 15,66% em relação ao ano anterior.

Os grupos de diagnósticos mais frequentes em 2025 foram os transtornos ansiosos e os episódios depressivos.

Os números não significam, entretanto, que todos os afastamentos tenham sido causados pelo trabalho. Eles ajudam a dimensionar o crescimento do adoecimento mental e reforçam a importância de discutir os fatores presentes na organização e nas condições de trabalho.

Airton Marinho informou que, na Europa, onde, teoricamente, as condições de trabalho são melhores do que as brasileiras, 19% dos afastamentos por doença mental são relacionados ao trabalho.

“Se a gente colocar esse item aqui, você vai ter uma ideia da dimensão disso no Brasil que, provavelmente, é até maior”, afirmou.

Redução de riscos

Segundo Marinho, excesso de trabalho, horas extras, trabalho noturno, violência no trabalho, bullying e assédio são alguns exemplos de fatores presentes no trabalho que podem afetar a saúde

de mental das pessoas.

“A NR-1 exige das empresas que elas tenham programas de redução desses riscos”, explicou o auditor.

Uma empresa de telemarketing, por exemplo, deverá adotar medidas para evitar a sobrecarga dos trabalhadores e possíveis problemas mentais decorrentes dela. Os bancos também deverão rever normas que estabelecem metas muito altas para gerentes e funcionários, com o objetivo de evitar o estresse.

Segundo Airton Marinho, a mesma preocupação se aplica aos trabalhadores de sistemas de produção submetidos a metas muito elevadas.

“Aumenta o risco de acidentes, aumenta o risco de outras doenças que a gente chama de psicossomáticas, como úlcera no estômago, pressão alta, problema de coração. Tudo isso tem um aumento nas empresas que demonstram excesso de riscos psicossociais.”

Alívio da tensão

Segundo o auditor-fiscal, as empresas já deveriam desenvolver por conta própria programas voltados ao alívio da tensão e da pressão no

trabalho e ao controle da violência contra os trabalhadores.

Agora, por obrigação legal, com a vigência da NR-1, o Ministério do Trabalho passa a ter uma ferramenta para multar as empresas que não tenham programas nessa área.

Uma empresa onde tenha ocorrido um suicídio que pudesse estar relacionado ao trabalho, por exemplo, deverá ter algum programa específico para tentar identificar a origem do problema e as medidas que poderiam ter evitado o episódio.

“Em alguns casos, recebem uma notificação para dar um prazo de pagamento. Pode também haver negociação de alguma situação que está sendo resolvida. Às vezes, a negociação é com o sindicato; às vezes, é uma negociação coletiva. Mas a obrigação do fiscal é verificar o cumprimento da lei. Se não estiver sendo cumprida, ele deve atuar com o poder de polícia, no caso a fiscalização”, explica Marinho.

Não há um valor específico para o descumprimento das normas relacionadas à saúde mental e aos fatores de risco psicossociais. A pe-

nalidade integra o rol geral de multas do Ministério do Trabalho, com valores definidos de acordo com o tamanho da empresa, a gravidade da situação e o número de empregados.

Marinho reconhece que são multas relativamente baixas, mas afirma que o valor pode aumentar caso a empresa receba várias penalidades.

Entrada em vigor

Por enquanto, a fiscalização deveria priorizar orientação, instrução e notificação das organizações sobre a necessidade de adequação. Com a entrada em vigor da norma, constatado o descumprimento das obrigações, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis.

De acordo com as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, não existe um único questionário ou metodologia obrigatória para todas as organizações. A avaliação deve considerar a realidade de cada ambiente e estar integrada ao processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, observando também as demais normas vigentes.

Fonte: Agência Brasil



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE ESPIGÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/CCP/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0000209.08.01-2026

O MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE/RO, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna público que realizará licitação, no âmbito do Processo Administrativo nº 0000209.08.01-2026, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, com INVERSÃO DE FASES, critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, modo de disputa ABERTO e regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, destinada à contratação de empresa especializada para a ampliação integrada do sistema de abastecimento de água do Município, em Grupo/Lote Único, conforme o Edital e seus anexos.

As empresas interessadas poderão obter o Edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br – e no sítio oficial do Município: www.espiгаodoeste.ro.gov.br.

As propostas, a garantia de proposta e os documentos de habilitação poderão ser enviados de 21/08/2026 até 28/09/2026, às 10h, horário de Brasília, no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. A sessão eletrônica para abertura e habilitação prévia terá início em 28/09/2026, às 10h. Em razão da inversão das fases, a data e o horário da etapa competitiva de lances serão comunicados no sistema após a conclusão da habilitação prévia e da oportunidade de manifestação da intenção de recurso. Será exigida, como requisito de pré-habilitação, garantia de proposta no valor de R\$ 332.299,79, correspondente a 1% do valor estimado do Grupo/Lote Único, a ser constituída e apresentada até o termo final de recebimento das propostas, nas condições previstas no Edital.

Espigão do Oeste 21 de agosto 2026

WELITON PEREIRA CAMPOS
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO
ELETRÔNICO (REPUBLICAÇÃO)

O Prefeito Municipal, Lucas Nunes da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Federal nº 14.133/2021, à vista do parecer conclusivo exarado pela Auditora (ID 63089), resolve: ADJUDICAR E HOMOLOGAR; Credenciamento Online nº 02/2026; Processo nº 485/SEMAF/2026; Objeto: Contratação de “Leiloeiro Oficial”, para preparar, organizar, e conduzir leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia. SAGROU – SE VENCEDORES OS SEGUINTE CREDENCIADOS NA ORDEM ABAIXO: 1 – LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA - Inscrito(a) no CPF: ***.721.***-16; 2 – PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA - Inscrito(a) no CPF: ***.022.***-93; 3 – PEDRO AUGUSTO DA COSTA SILVA - Inscrito(a) no CPF: ***.709.***-54; 4 – MARCUS VINICIUS MOREIRA CHAVES - Inscrito(a) no CPF: ***.488.***-98; 5 – ANA CAROLINA ZANINETTI ROSA - Inscrito(a) no CPF: ***.615.***-36; 6 – FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO - Inscrito(a) no CPF: ***.167.***-30; 7 – MICHAEL DE OLIVEIRA - Inscrito(a) no CPF: ***.133.***-01; 8 – JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA - Inscrito(a) no CPF: ***.132.***-05; 9 – DANIEL ELIAS GARCIA - Inscrito(a) no CPF: ***.192.***-53; 10 – MARCUS ALLAIN DE OLIVEIRA BARBOSA - Inscrito(a) no CPF: ***.502.***-04; 11 – MARIA RAFAELA BARBOSA SILVA - Inscrito(a) no CPF: ***.173.***-96; 12 – EVANILDE AQUINO PIMENTEL ROSA - Inscrito(a) no CPF: ***.302.***-72; 13 – FRANCISCO PORTELA AGUIAR - Inscrito(a) no CPF: ***.372.***-34; 14 – VERA LÚCIA AGUIAR DE SOUSA - Inscrito(a) no CPF: ***.515.***-34; 15 – BRUNO PIMENTEL ROSA - Inscrito(a) no CPF: ***.987.***-00; 16 – VLADMIR OLIANI - Inscrito(a) no CPF: ***.782.***-44;

Primavera de Rondônia/RO, em 19 de agosto de 2026.

Lucas Nunes da Silva
Prefeito



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO/
SRP Nº 030/SUMPEL/2026
EXCLUSIVA: ME/EPP/MEI –
BENEFÍCIO REGIONAL/LOCAL

O Município de São Miguel do Guaporé -RO, através da SUMPEL, Decreto nº 191/2026, realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, menor preço por Lote, modo de disputa Aberto, em conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Objeto: Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Manutenção, Instalação, desinstalação e fornecimento de peças para aparelhos de Ar Condicionado, Processo Administrativo nº1160/SEMAF/2026. Data da Sessão: 09/09/2026 às 09:00hs horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Valor estimado R\$3.632.724,58(Tres Milhões Seiscentos e trinta e dois mil setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Edital/Termo à disposição no site supracitado, Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e sala da SUMPEL na Prefeitura Municipal, no horário das 7h às 13h.

São Miguel do Guaporé/RO, 20 de agosto de 2026.

Edvaldo Ferreira da Silva
Superintendente Municipal de Licitações.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DA LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

O Município de Cacaúlândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 36/2026 através do portal <https://licitanet.com.br/>. O Edital e seus anexos estão disponíveis para retirada nos sites: <https://licitanet.com.br/> e <https://cacaualandia.ro.gov.br/>, mais informações poderá ser adquirido através do e-mail pregao.cacaualandia@gmail.com, telefone 69 9274-5854; Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelo Projeto Zumba Rural, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cacaúlândia/RO, data da realização: às 10h00m do dia 02 de setembro de 2026, (Horário de Brasília); valor estimado: R\$ 18.256,52 (dezoito mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), Critério de julgamento: menor preço por item; modo de disputa: aberto; exclusivo para ME/EPP: Sim.

Cacaúlândia/RO, 20 de agosto de 2026

Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE NOVA MAMORÉ

Comissão Especial de Licitação
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – 01/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO XV,
DA LEI Nº 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2290/2026

A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, torna público, para conhecimento de instituições interessadas, que realizará procedimento destinado à contratação direta de instituição brasileira sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, com inquestionável reputação ética e profissional e comprovada experiência na organização e execução de concursos públicos, com fundamento no art. 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por objeto a contratação de instituição especializada para organização e realização de Concurso Público, destinado ao provimento de cargos efetivos e à formação de cadastro de reserva para os quadros de pessoal da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO, conforme especificações, requisitos, condições e demais disposições constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Aviso.

As instituições interessadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, a proposta de preços e os demais documentos exigidos no Termo de Referência, exclusivamente por meio eletrônico, em formato PDF, para o e-mail licitacaoconcurso@novamamore.ro.gov.br, das 07:30h do dia 24.08.2026 às 23:59h do dia 26.08.2026, observado o horário de Brasília/DF.

O valor estimado da contratação é de R\$ 287.800,00 (duzentos e oitenta e sete mil e oitocentos reais).

O Termo de Referência e seus anexos, contendo as condições de participação, requisitos de habilitação, especificações do objeto e demais regras aplicáveis à contratação, encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município de Nova Mamoré/RO e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Informações e esclarecimentos relacionados ao procedimento deverão ser encaminhados à Comissão Especial de Licitação, pelo e-mail: licitacaoconcurso@novamamore.ro.gov.br.

Nova Mamoré, 20 de agosto de 2026.

ALINE DE JESUS PEREIRA TORETE
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Portaria nº 433-GP/2026

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
E OUTORGA DE ÁGUA

O Sr. HIRAN ALVES DE CRISTO JUNIOR, CPF: 029.715.982-84, torna público que requereu junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM/ COLMAM/COREH, a solicitação do PEDIDO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO E OUTORGA DE ÁGUA para atividade de piscicultura, localizada na LINHA - C 30, KM 30, LOTE 05/A STR PA, SÍTIO RIO ALTO, do Município de BURITIS/RO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA
EXTRATO CONTRATO Nº 077/2026

PROCESSO: Nº 763/2026; CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026; Contratante: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, CNPJ: 84.723.030.0001-16. Contratado: ECOPONTES – SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.613.420/0001-95, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 2639, bairro Jardim Mediterrâneo, na cidade de Presidente Prudente/SP. O presente CONTRATO tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DEFINITIVA EM AÇO ESTRUTURAL E CONCRETO ARMADO - CONFORME PROJETO BÁSICO. O valor geral deste Contrato é de R\$ 1.932.508,28 (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, quinhentos e oito reais e oito centavos). O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste, podendo ser prorrogada de acordo com a Cláusula Oitava do Contrato.

Lucas Nunes da Silva
Prefeito

A Gazeta
de Rondônia

32 Anos
LIGUE
3311-3714

Divulgação de
Editais, Pedidos
de Licença
Ambiental e outras
Publicações Legais

QUEIMADA É CRIME!

APAGUE ESSA IDEIA!



Versão Digital
agazetaderondonia.com.br



SECRETARIA-GERAL
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Ministério Público do Estado de Rondônia, doravante denominado MPRO, comunica aos interessados que em atendimento à Lei nº 13.709/2018 e à Lei Complementar nº 105/2001, RETIFICA disposições do Edital de Chamamento Público nº 01/2025, que tem como objetivo credenciar Instituições Bancárias, inclusive Cooperativas de Crédito, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, com vistas à prestação de serviços de pagamento da folha de pessoal e indenizações dos membros (ativos, inativos e seus pensionistas), servidores (ativos e inativos) e estagiários do MPRO.

A retificação consiste, respectivamente, ao item 12 do Edital e ao item 11 do Termo de Referência, conforme a seguir:

Onde se lê:

No Edital, item "12 DO PAGAMENTO"

"[...]"

12.2 Para fins de verificação dos valores pagos pela IBC esta deverá encaminhar, em até 5 (dias) dias úteis, após a efetivação do pagamento aos beneficiários, relatório editável contendo nome, CPF, valor do crédito e Instituição Bancária para qual o crédito foi efetivado (portabilidade)."

No termo de Referência, item "11 DA REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS"

"[...]"

b) Para fins de verificação dos valores pagos pela IBC esta deverá encaminhar, em até 5 (dias) dias úteis, após a efetivação do pagamento aos beneficiários, relatório editável contendo nome, CPF, valor do crédito e Instituição Bancária para qual o crédito foi efetivado (portabilidade)."

Leia-se:

No Edital, item "12 DO PAGAMENTO"

"[...]"

12.2 Para fins de verificação dos valores pagos pela IBC esta deverá encaminhar, em até 5 (dias) dias úteis, após a efetivação do pagamento aos beneficiários, relatório editável contendo nome, CPF, valor do crédito, data do crédito e status da operação.

12.2.1 O MPRO poderá requisitar a identificação da instituição financeira de destino em procedimento específico e motivado, quando necessária à fiscalização, auditoria ou apuração de eventual inconsistência."

No termo de Referência, item "11 DA REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS"

"[...]"

b) Para fins de verificação dos valores pagos pela IBC esta deverá encaminhar, em até 5 (dias) dias úteis, após a efetivação do pagamento aos beneficiários, relatório editável contendo nome, CPF, valor do crédito, data do crédito e status da operação.

c) O MPRO poderá requisitar a identificação da instituição financeira de destino em procedimento específico e motivado, quando necessária à fiscalização, auditoria ou apuração de eventual inconsistência."

As demais disposições do Edital e do Termo de Referência permanecem inalteradas.

Informações:

Dias: segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Horário: de 8h às 15h (horário de Brasília – DF).

Local: Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Jamari, nº 1555, bairro Olaria, CEP 76.801-917, Porto Velho/RO, sala da Comissão Permanente de Licitação, Torre II, 2º andar.

Fones: (0xx69) 3216-3853/3216-3974/3216-3969.

E-mail: selic@mpro.mp.br

Porto Velho, 20 de agosto de 2026.

Dayvison da Silveira Ferreira
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA COMARCA DE CACOAL

2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACOAL

Alex Sandro Bortolin Lisboa - Oficial Titular

Av. Sete de Setembro, 2772 – Bairro Princesa Isabel

CEP – 76964-094 - Fone: (69) 3443-3662

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

NOTIFICADO: ANTONIO ADELINO SCOTTI

AVERBAÇÃO DE GEORREFERENCIAMENTO

PROTOCOLO: 28.678 / MATRÍCULA: 4.007 – 2º Registro de Imóveis de Cacoal/RO; IMÓVEL: 29-B (vinte e nove, letra "B"), remanescente, da GLEBA 06 (seis), SETOR IPOCYSSARA, Projeto fundiário Corumbiara; ÁREA ATUAL DO IMÓVEL: 52,8693ha ÁREA APÓS O GEORREFERENCIAMENTO: 49,9426ha

O OFICIAL TITULAR DO 2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACOAL/RO, ALEX SANDRO BORTOLIN LISBOA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 213, § 3º, da Lei 6.015/73, FAZ SABER a todos que do presente virem, que GLORIA CRAVO, brasileira, aposentada, RG sob o nº ***363** SESDEC/RO e CPF ***860.987-***, divorciada, que declara sob as penas da Lei não manter convivência pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituição de família, não se enquadrando, portanto, nas condições constantes do Art. nº 1.723 e seguintes do Código Civil Brasileiro, residente e domiciliada na Linha 06, Gleba 06, Lote 29-B, Cacoal/RO, requereu a averbação de memorial descritivo georreferenciado e certificado pelo INCRA do LOTE DE TERRAS RURAIS sob nº 29-B (vinte e nove, letra "B"), remanescente, com a área de 52,8693ha (cinquenta e dois hectares, oitenta e seis ares e noventa e três centiares), da GLEBA 06 (seis), Castro Alves, SETOR IPOCYSSARA, Projeto Fundiário Corumbiara, localizado neste município e comarca de Cacoal, estado de Rondônia, objeto da matrícula 4.007, Livro 02, desta Serventia, o qual confronta com o LOTE 31-A, GL 06, ST IPOCYSSARA, de propriedade de ANTONIO ADELINO SCOTTI.

1) Devido à falta de anuência expressa na planta e no memorial descritivo do titular do imóvel, (LOTE 31-A, GLEBA 06, Castro Alves, SETOR IPOCYSSARA, Projeto Fundiário Corumbiara, localizado no município e comarca de Cacoal, estado de Rondônia, fica o seu titular, Sr. ANTONIO ADELINO SCOTTI, brasileiro, capaz, agricultor, RG **709* RO e inscrito no CPF sob nº ***.738.629-**, casado pelo regime de Comunhão Universal de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, com MARIA APARECIDA SCOTTI, ambos residentes e domiciliados sítio a Linha 06, Lotes 29 e 31-B, Gleba 06, Zona Rural do Município de Cacoal, Estado de Rondônia, NOTIFICADO do inteiro teor dos trabalhos técnicos que se encontram arquivados neste serviço registral, em especial os vértices de código ALT-M-9011, -longitude -61°29'22,354", - latitude -11°11'23,370", altitude 287,94, código ALT-M-9012, azimute 95°40', distância 236,0. CNS: 09.624-8 | Mat. 1486 | LOTE 31, GL 06, ST IPOCYSSARA, e, em especial os vértices de código ALT-M-9013, azimute 182°43', distância 127,55. CNS: 15.752-9 | Mat. 9575 | LOTE 29-E, GL 06, ST IPOCYSSARA

2) podendo, nos termos do §2º do artigo 213, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias.

Apresentaram planta e memorial descritivo com Certificação nº 091ca406-b12f-4a-61-a784-432cc96c1709, todas as coordenadas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000, atendendo os dispositivos preconizados na legislação, que ora encaminhamos para conhecimento.

Nos termos do §4º do artigo 213 da LRP, a falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência do confrontante ao pedido de retificação de registro. Portanto, as opções que a lei confere ao NOTIFICADO são: 1) impugnar fundamentadamente; 2) anuir expressamente; e 3) deixar transcorrer o prazo, aceitando os trabalhos tacitamente. Decorrido o prazo legal sem impugnações, contado da primeira publicação deste edital que será publicado duas vezes, poderá ser deferido o pedido de averbação de memorial descritivo georreferenciado.

O processo poderá ser consultado presencialmente na Serventia situada na Av. Sete de Setembro, 2772, Bairro Princesa Isabel, Cacoal/RO, das 08h00 às 15h00 horas. POSTO ISSO, lavro o presente para ser publicado por duas vezes, pelo prazo de 15 (quize) dias cada um, em jornal de grande circulação. Alex Sandro Bortolin Lisboa. Dado e passado nesta cidade de Cacoal/RO, aos 05 de agosto de 2026.

Alex Sandro Bortolin Lisboa
Oficial Titular



Correios agora entregam produtos comprados em lojas do Paraguai direto na sua casa

Os Correios anunciaram nesta semana uma nova operação: entregar no Brasil produtos comprados em sites de lojas sediadas no Paraguai. Na prática, o consumidor faz a compra pela internet e o pacote chega até a porta de casa pela rede postal brasileira.

As primeiras lojas a aderir a esse modelo são a Cellshop e a New Zone Importados, ambas situadas em Ciudad del Este. Concluída a compra no site, o item é despachado pelo sistema postal internacional, percorre

o trajeto até o Brasil e, após passar pelo desembaraço aduaneiro, é encaminhado ao destinatário pela rede dos Correios.

O serviço usa o sistema de encomendas internacionais com rastreamento. O limite é de 30 kg por pacote.

Quanto você vai pagar de imposto

As regras de importação brasileiras continuam valendo para essas aquisições. A iniciativa está conectada ao programa Remessa Conforme (sistema da Receita Federal

voltado à regulação da tributação incidente sobre compras internacionais realizadas por pessoas físicas).

No caso de encomendas de até US\$ 50 despachadas por empresas participantes do programa, o único tributo aplicado é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência estadual). A alíquota oscila entre 17% e 20%, sem a cobrança do imposto de importação federal.

Já para compras com valor acima de US\$ 50, a alíquota de imposto de

importação é de 60%, mas há um desconto fixo de US\$ 30 sobre o valor do tributo. O ICMS estadual também se aplica nesses casos.

Um ponto que merece atenção: a base de cálculo dos tributos leva em conta o valor total da compra, somando frete e seguro ao preço do produto. Portanto, mais do que o custo do item em si entra na equação.

O que muda para quem compra

Antes dessa operação, quem queria comprar em lojas paraguaias precisava

buscar o produto pessoalmente ou recorrer a intermediários. Agora, com a entrega pelos Correios, a compra pode ser feita de casa, com rastreamento e dentro das regras fiscais brasileiras.

A tributação, porém, pode pesar no bolso. Um produto de US\$ 80, por exemplo, teria imposto de importação calculado sobre o valor total, incluindo frete e seguro, com alíquota de 60%, menos o desconto de US\$ 30. Fora isso, ainda incide o ICMS do estado de destino.

TMC

**AMATUR**

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+de 20
destinos
pela Amazônia

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**